

Resenhas de livros

Brasil e Coréia do Sul: Os (des)caminhos da industrialização tardia

Otaviano Canuto
São Paulo, Nobel, 1994.

Até o final dos anos 70, dois modelos de desenvolvimento tardio disputavam entre si a primazia de caminho mais eficaz para o fechado clube do Primeiro Mundo. De um lado, estava o modelo baseado na substituição de importações, teorizado pela CEPAL e adotado basicamente na América Latina. De outro, estava o modelo de industrialização orientada para exportações, adotado por vários países da Ásia.

Como se sabe, essa disputa chegou ao final nos anos 80 com a estagnação da América Latina e a paralela disparada do Japão com os vigorosos Tigres Asiáticos. As causas desse desencanto cepalino, *vis-à-vis* o sucesso asiático, ainda não são, porém, plenamente conhecidas. Sendo um fenômeno multifacetado, ele permite e exige vários ângulos de análise, dificultando uma conclusão final, consensual.

É dentro desse contexto que se insere o livro *Brasil e Coréia do Sul*, de Otaviano Canuto. Partindo de uma contraposição à “nova” ortodoxia, que tende a apresentar a superioridade asiática como uma prova incontestada do sucesso de estratégias liberais, o livro analisa como, na prática, tais estratégias tiveram muito pouco de liberais. Ao contrário, foram estratégias implementadas por Estados desenvolvimentistas extremamente fortes e atuantes.

Para demonstrar sua tese, após a introdução ao tema, no capítulo 1, o autor desenvolve no capítulo 2 um grande painel das visões que compõem o debate sobre as lições do Leste Asiático. Iniciando pela “nova” ortodoxia, apresentam-se as linhas básicas do referencial neoclássico, que a sustenta, bem como os principais argumentos de seus defensores. A idéia central é a de que as economias asiáticas, ao abrirem-se para o comércio internacional, possibil-

taram uma alocação ótima de recursos e o aproveitamento correto de vantagens comparativas, que permitiram um dinamismo superior ao decorrente do intervencionismo latino.

Em oposição a essa visão, apresenta-se em seguida uma rica síntese de trabalhos de diversos autores desenvolvimentistas que, a partir de pesquisas empíricas cuidadosas, chegam a posições exatamente opostas. Como conclui o autor, “a industrialização exportadora, em lugar do *laissez faire*, tivera como suporte a articulação Estado-capital em torno do planejamento manifesto nos atributos de antecipação, seletividade, flexibilidade e coerência, com os quais o poder fiscal, financeiro e regulador nas transações pelo governo foi discricionariamente acionado”.

Perguntando-se por que razão as experiências asiáticas foram inicialmente percebidas como estratégias liberais, o capítulo 2 é concluído com uma análise específica das políticas comerciais. Com ela se percebe que a liberalização tarifária das importações, tão propalada pela “nova” ortodoxia, se restringia aos bens intermediários e de capital utilizados para as exportações. Ou seja, o comércio não era “livre, mas sim objeto de uma ‘sintonia fina’ (...), que buscava minimizar o impacto da proteção sobre a competitividade das atividades exportadoras”.

No capítulo 3 o autor busca construir um referencial teórico-descritivo para os processos de industrialização tardia. Em linhas gerais a idéia é que esses processos têm características próprias, por ocorrerem num momento histórico em que os países centrais já se achavam consolidados na segunda revolução industrial. Dessa maneira, problemas como

descontinuidade de escalas e de aprendizado tecnológico impedem a compreensão (e implementação) desses processos a partir do marco neoclássico, que é substituído então pelo marco evolucionista dos neo-schumpeterianos.

No capítulo 4, certamente o mais importante de todo o livro, o autor analisa enfim os casos concretos do Brasil e da Coreia do Sul. A análise do caso brasileiro é rápida, destacando apenas as suas principais características de industrialização tardia. O maior esforço centra-se, naturalmente, no caso coreano, em que a análise é extensa, detalhada e apresenta uma série de dados novos.

Relativamente ao caso brasileiro, o livro destaca três peculiaridades básicas do processo coreano. A primeira consiste numa menor participação do investimento direto estrangeiro, o que possibilitava e exigia o aporte de tecnologia exteriorizada, bem como uma maior capacitação endógena. Como observa o autor, “o aprendizado tecnológico local constituiu uma dimensão marcante da industrialização pesada coreana, concretizando-se, de modo generalizado, a constituição rápida de capacidades tecnológicas locais de fabricação e a instauração de processos de ‘aprendizado reverso’ quanto às capacidades de investimento e até, em vários casos, de inovação”.

A segunda peculiaridade é que a Coreia conseguiu, junto aos bancos japoneses, encontrar alternativas ao sistema financeiro americano, e assim, no começo dos anos 80, passou ao largo da crise do endividamento das economias periféricas. Ou seja, enquanto o Brasil estagnava, a Coreia mantinha sua elevada taxa de investimentos, reestruturando sua indústria básica, e desenvolvendo a eletrônica e a automobilística. Com uma nova indústria, moderna e competitiva, a economia coreana deu continuidade ao seu crescimento nos anos 80, reduzindo seu endividamento externo via exportações crescentes.

O sucesso das exportações coreanas é visto também em função de operações triangulares com o Japão. O fato é que, em face das pressões contra os crescentes saldos comerciais, o Japão começa, já ao final dos anos 70, a transferir, via capital e tecnologia, alguns de seus produtos para países vizinhos. Dessa maneira, a partir dos anos 80, a Coreia passa a combinar déficits comerciais com o Japão com saldos crescentes com os países centrais, especialmente com os Estados Unidos.

Deve-se observar que toda essa análise poderia ter sido realçada pela consideração dos impactos da mudança do paradigma tecnológico ocorrida no período com o advento da microeletrônica. O fato é que, com a mudança de paradigma, abrem-se inúmeras “janelas de oportunidades”, que acabam sendo

mais bem aproveitadas pelos países de industrialização recente, em face do menor compromisso (físico e cultural) com o paradigma anterior. Embora não tratada pelo autor, essa dinâmica foi efetiva, e explica também o grande sucesso asiático e coreano.

A terceira e última, mas talvez a mais importante das peculiaridades do caso coreano, consiste num sistema de planejamento que premiava os vencedores e punia os perdedores, ditados, em grande medida, pelo mercado. Assim, a lista dos principais *chaebol* (conglomerados empresariais) não era estável, mas sim mutante, refletindo uma rivalidade extremamente ativa. Nesse sentido, acredito que se possa dizer que o Estado coreano acabava sendo “liberal” por praticar um intervencionismo potencializador do mercado, ao contrário do que se dava no Brasil e na América Latina.

No capítulo 5, embora com uma certa descontinuidade em relação ao capítulo anterior, o autor busca entender quais as chances para os países de industrialização recente no novo cenário econômico mundial. Estruturando esse cenário a partir da globalização e da formação de blocos regionais, conclui-se que o Leste Asiático terá de buscar um desenvolvimento mais interiorizado, em face das crescentes restrições a suas exportações.

Por fim, na América Latina, e no Brasil em particular, devido a impossibilidades de “tempo e lugar” para se repetir o modelo asiático, sugere-se também um caminho mais autônomo, “recuperando o atraso dos investimentos em infra-estrutura” e “incorporando as massas de marginalizados ao consumo”. Para tanto, seria necessário superar os desequilíbrios patrimoniais herdados dos anos 80, com o que poder-se-iam acessar os recursos externos oriundos da “globalização financeira”. A grande questão, naturalmente, é saber como serão superados os desequilíbrios.

Sem sombra de dúvida, *Brasil e Coreia do Sul*, de Otaviano Canuto, é um livro importante e oportuno, principalmente neste momento em que se discute, e já se busca implementar, um novo modelo de desenvolvimento para o País. Sem se propor a desenhá-lo, o livro apresenta, a partir dos erros e acertos das experiências históricas, numerosos pontos a serem considerados nesse objetivo. É um livro, portanto, que merece ser lido.

Marcus Alban Suarez

Núcleo de Pós-Graduação em Administração da
Universidade Federal da Bahia.

Doutorando em Economia
pela Universidade de São Paulo.

Repensando a Dependência

Lídia Goldenstein

São Paulo, Paz e Terra, 1994.

Repensando a dependência é a publicação, pela Paz e Terra, da tese de doutorado da professora do Instituto de Economia da Universidade de Campinas, São Paulo, e pesquisadora do CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise de Dados, Lídia Goldenstein. Nela, a autora busca retomar os temas do subdesenvolvimento e da dependência após a crise da década de 80.

Os temas do subdesenvolvimento e da dependência haviam caído em relativo esquecimento desde o longo período de crescimento econômico que se encerrou no começo dos anos 80. O prefácio, de Luiz G. de Mello Belluzzo, já alerta que o estudo desses temas, nos anos 50 e 60, era produto de uma determinada circunstância histórica, que combinava a implementação e consolidação das reformas idealizadas em Bretton Woods, o “consenso keynesiano” e as reminiscências da situação desigual das economias nacionais no início do século. Assim, antes de tudo, “repensar a dependência significa”, para Belluzzo, “avaliar as consequências das transformações em curso na economia capitalista”.

Repensando a dependência está dividido em quatro capítulos. No primeiro, a autora resume a evolução do debate em torno do tema, das contribuições pioneiras de Prebisch (a teoria da deterioração dos termos de troca) e Celso Furtado, aludindo a alguma influência ideológica do PCB, passando pela onda estagnacionista do final dos anos 60 (Frank, Marini, dos Santos, ...), pelo surgimento da teoria da dependência (Cardoso e Falleto) e chegando até os debates dos anos 70 (Serra, Tavares, Cardoso de Mello...).

A sua *demarche* enfatiza que o diagnóstico e as políticas de desenvolvimento prescritas por essa tradição teórica estiveram contaminados ora pela ilusão voluntarista, de autonomia do Estado em relação à sociedade e à economia internacional, ora pela ilusão mecanicista, de determinação das “estruturas internas” da economia e da sociedade pelas “estruturas externas”.

A crise da dívida de 1982 e a década de estagnação que se seguiu, somadas à revolução tecnológica e às mudanças no âmbito do capitalismo internacional, desfizeram as ilusões de autonomia e de desenvolvimento dos anos 70: a idéia do II PND de “completar” a estrutura produtiva do País mostrou-se pretensiosa, assim como a idéia de “autonomia” revelou-se ingênua:

“O sonho acabou. A ilusão de que estávamos ‘colados’ ao sistema capitalista internacional (...) perdurou até meados dos anos 80, quando, após algumas tentativas fracassadas de estabilização, começou-se a ter consciência da envergadura das transformações mundiais e de seu impacto no Brasil” (p. 54).

A autora entende que o cerne da crise econômica brasileira nos anos 80 está associado à crise de um padrão de financiamento cuja gênese está localizada nos anos 30 e cujos limites começaram a ser ultrapassados com o lançamento do II PND.

O segundo capítulo descreve a ascensão e a queda desse padrão de financiamento, desde a década de 30, passando pelo delineamento de seus contornos com o Plano de Metas no final dos anos 50, até a deflagração de sua crise, nos anos 80.

O terceiro capítulo procura “redescobrir a dependência”. Nesse capítulo, a autora analisa as mudanças tecnológicas na produção, nas formas de concorrência, na organização e estratégia da grande empresa e na operação dos mercados financeiros ocorridas nos anos 70 e 80. Sua análise enfatiza que, nesse ambiente de interdependência:

“É cada vez mais pertinente a dúvida sobre a capacidade de o Estado moderno (...) implementar políticas compensatórias com o mínimo de eficiência” (p. 97).

A dependência da qual escreve Goldenstein tem, por exemplo, um caráter financeiro, em um mundo em que o Estado não disporia mais dos instrumentos de controle dos fluxos de capitais.

Finalmente, o quarto capítulo analisa o “caso da Coreia”. Nesse, a autora pretende desmistificar uma caricata “posição conservadora” a respeito do desenvolvimento daquele país, que logrou atingir uma interação dinâmica com os países avançados. Contrariando uma suposta defesa da não-interferência do Estado no desenvolvimento, Goldenstein mostra que, no Leste Asiático, esse processo se deu pela combinação da participação direta (através de subsídios) e indireta (na reorganização do Estado e da sociedade) dos Estados Unidos, com “o equacionamento de três questões fundamentais e correlatas: o papel do Estado [habilitado, juridicamente e militarmente, até, para cumprir o papel disciplinador dos negócios], formas de financiamento e aprendizado tecnológico, que, por

sua vez, (...) dependem de movimentos internacionais” que conformam “a dinâmica e o fôlego da industrialização dos países periféricos” (p. 145).

Acredito que o que Goldenstein entende por “posição conservadora” atribui ao desenvolvimento da Coreia não a ausência de controles por parte do Estado, mas a combinação de redistribuição de riqueza, investimento em capital humano e um tipo de participação qualificada do Estado.

Enquanto a Coreia lograva atingir uma interação dinâmica com os países avançados, o Brasil supunha estar prestes a superar uma situação de desigualdade e dependência, situação essa que se mostrou mais radical com as transformações dos anos 80, quando o País se tornaria mais dependente que nunca.

Sérgio Goldbaum

Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Telecomunicações: Verdade Suada *Versus* Mentira Orquestrada

Jorge Pedro Dalledone de Barros, org.
São Paulo, Paz e Terra, 1994.

Ignorar é não saber alguma coisa. *A ignorância* pode ser tão profunda que nem sequer a percebemos ou sentimos. *A incerteza* é diferente da ignorância porque, na incerteza, descobrimos que somos ignorantes, que nossas crenças e opiniões parecem não dar conta da realidade. Na incerteza temos dúvidas, ficamos cheios de *perplexidade* e somos tomados pela *insegurança*. Em algumas ocasiões somos tomados pelo *espanto* e pela *admiração*; ficamos sem saber o que pensar ou fazer com a *novidade* porque as crenças, opiniões e idéias que possuímos não dão conta do novo. Tudo isso nos leva ao mais antigo dos sentimentos humanos, que é a chamada *busca ou desejo da verdade*.

Esses são alguns aspectos do nosso cotidiano, muitas vezes pouco percebidos (quem quiser se aprofundar sobre o assunto é só consultar o livro da profa. Marilena Chauí, *Convite à Filosofia*, Ed. Ática) mas que servem como pano de fundo para uma resenha do livro organizado por Jorge Pedro Dalledone de Barros. O livro consiste em uma coletânea de artigos produzidos por um grupo de especialistas em diferentes segmentos da área de telecomunicações, que diferentemente do prof. José Luís Fiori, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e autor da introdução ao livro, não indicam suas bases de trabalho. Ele está organizado em seis partes, além de, sequencialmente, uma apresentação, um conjunto de citações denominado “Pontos a ponderar”, e uma introdução. Nessa “quase-apresentação”, o leitor, depois de “trafegar” por entre algumas frases de efeito, tais como “não podemos ser

induzidos por doutrinas que não expõem ao mundo suas entranhas”, dá-se conta de que o objetivo do livro é, nas palavras do apresentador, o de “fornecer à opinião pública e aos mais variados setores da sociedade brasileira informações *imparciais e corretas* (grifos nossos), para que as pessoas possam exercer de forma plena sua cidadania e, ainda, embasar um julgamento sereno e isento a respeito das graves decisões, que serão tomadas por ocasião da Revisão Constitucional, relacionadas com as telecomunicações, sobre as quais repousam alguns alicerces da nossa soberania”. Encerrada essa “quase-apresentação” o leitor fica literalmente sem saber o que vem pela frente.

Os “Pontos a ponderar” são, ao todo, 31 citações (22 de 1993, seis de 1994, uma de 1989, uma de 1981, e uma sem data, das quais 23 são internacionais e oito nacionais) que explicitamente magnificam a dicotomia que se tornou lugar-comum nos debates sobre o setor de telecomunicações no Brasil, a saber, o setor público (mais precisamente, estatal) ao lado do “BEM” *versus* o setor privado do lado do “MAL”. (Obs.: quando os protagonistas não são vinculados ao setor público, a equação se inverte!) Por uma interessante coincidência, a citação de 1981 é do ex-ministro Delfim Netto defendendo as empresas públicas.

Na introdução ao livro encontramos um artigo (o mais longo de todos, 14 páginas) do prof. José Luiz Fiori, já publicado pela revista *Ciência Hoje* (v.16, nº 96, não identifica ano), intitulado “Globalização dos Estados Nacionais e das políticas

públicas”, que procura discutir dois paradoxos relacionados com o impacto da globalização dos processos socioeconômicos e políticos. Ao cabo dessa introdução, o leitor toma ciência de que ainda não foi informado sobre o que vem a seguir, e passa a ponderar se o que acaba de ler tem de fato relação com os artigos subsequentes.

As partes que integram o corpo do livro são compostas de pequenos artigos dispostos da seguinte maneira: a primeira parte, intitulada “Visão conceitual”, contém dois artigos; a segunda parte, denominada: a outra face da moeda”, contém cinco artigos; na parte III, “As pseudo-soluções”, são apresentados dois artigos; as partes IV e V, respectivamente denominadas “Em busca da solução” e “Telecomunicações - um projeto”, contém ambas três artigos; finalmente, a parte VI, intitulada “À guisa de conclusão”, é formada por dois artigos. Sem que seja necessária uma discussão pormenorizada, e correndo o risco de fazer uma síntese, esses artigos, no seu conjunto, tratam de uma tentativa de estruturação de um argumento através de três flancos: em primeiro lugar, pela defesa do setor estatal das telecomunicações, em função da “decepcionante” (pelo que se pode interpretar dos autores) experiência histórica pré-Sistema Telebrás, ou seja, quando prevalecia a oferta privada de serviços telefônicos, e do sucesso da fase monopolista estatal do Sistema Telebrás; em segundo lugar, pela crítica à idéia da privatização (ou liberalização) desse sistema em função do quadro das distorções sociais no País: “O Brasil tem o número de telefones que sua pobreza e distribuição de renda permitem”, assim definem dois dos autores ao tentarem rebater a crítica de que o Brasil tem uma baixa densidade de telefones por habitante, quando comparado a outros países; e, por último, pela assunção de que o País só poderá atingir um patamar de modernidade quanto ao seu setor de telecomunicações, e para assegurar a sua entrada na *era da infor-*

mação, se “não se render ao ideário neoliberalizante”.

Se essa foi a real intenção do livro, é possível argumentar que os autores não cumpriram a missão a contento; se não foi, confesso que não terei paciência para lê-lo outra vez. O fato é que os autores, contaminados pelo vírus da discussão meramente ideológica sobre a modernização do setor de telecomunicações, em quase nada contribuem para a minimização da *taxa de ignorância* da sociedade em relação ao que são na realidade a estrutura e a dinâmica das telecomunicações no Brasil. Para que isso se torne aparente, basta que se levante uma questão, com que temos nos envolvido recentemente: afinal, as telecomunicações brasileiras são um monopólio econômico ou político?

O que os autores desse livro não perceberam, nem levam os leitores a perceber, é que de fato há uma *desconexão* entre aquilo que a visão tecnológica tradicional dos provedores habituais aspira prover e aquilo que os maiores consumidores antecipam desejar obter no setor de telecomunicações em geral, e neste país de modo particular. O mundo atravessa atualmente a *revolução da multimídia*, e para vivenciá-la são necessárias profundas transformações nas infra-estruturas de comunicações, para permitir uma igualmente profunda transformação nos processos socioeconômicos que ela suporta.

Pelo menos um aspecto positivo esse livro nos traz. Os autores, que “suaram” para apresentar “sua verdade” contra a “mentira orquestrada” dos outros, apenas aguçaram nosso *desejo da verdade*, como nos recorda a profa. Marilena Chauí, para entender as mudanças que se fazem necessárias nas telecomunicações nacionais.

José Carlos Cavalcanti

Departamento de Economia da
Universidade Federal de Pernambuco.

World Bank Approaches to the Environment in Brazil

John Redwood III

Washington, DC, The World Bank, 1993.

Esse trabalho faz parte de uma série de estudos efetuados pelo Banco Mundial para tentar avaliar o seu próprio desempenho no setor de meio ambiente.

Segundo o autor, o Brasil foi selecionado por inúmeras razões: o Banco Mundial tem financiado um grande número de projetos no País, que representam

cerca de 10% do capital total emprestado pelo Banco nos últimos trinta anos; alguns desses projetos tiveram importância e conseqüências para o meio ambiente, contribuindo diretamente para a evolução das políticas ambientais dentro do Banco Mundial; além disso, o governo brasileiro vem desenvolvendo uma série de projetos com a finalidade de proteger o meio ambiente, podendo futuramente requisitar novos financiamentos do Banco Mundial.

O estudo foi feito com a participação de técnicos brasileiros e analisou alguns projetos realizados no País com o financiamento do Banco Mundial. A realização conjunta do estudo partiu de uma decisão do governo brasileiro, tomada em julho de 1988, de trabalhar aliado ao Banco Mundial no sentido de tentar aumentar a capacidade de avaliação interna das implicações ambientais e sociais causadas por grandes projetos de investimento.

A obra se divide em três partes, sendo o capítulo 1 uma introdução à publicação, que fala das relações existentes entre o Banco Mundial e os projetos de proteção ambiental realizados no Brasil.

A segunda parte, chamada de A, subdivide-se em dois capítulos (2 e 3), e é composta por quatro estudos de casos, sendo que cada caso cobre um ou mais projetos de investimento.

O capítulo 2 descreve um projeto de controle de poluição industrial em São Paulo e um projeto de construção de usinas hidrelétricas na região do vale do rio São Francisco.

O projeto de controle de poluição industrial em São Paulo foi aprovado entre 1980 e 1982, e, inicialmente, visava apenas atingir a área metropolitana, sendo estendido posteriormente para todo o Estado. O controle desse projeto foi feito pela CETESB (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental) e pelo Banco Mundial. Segundo o autor, os efeitos foram positivos no que se refere ao meio ambiente. As áreas afetadas pela operação revelam significantes reduções da poluição industrial, mas os impactos diretos do projeto em relação à poluição do ar foram maiores em Cubatão. Já o controle da poluição da água não foi tão eficiente, em conseqüência, principalmente, do atraso na execução do projeto de tratamento de esgoto.

O caso do vale do rio São Francisco é mais complicado. O primeiro financiamento foi aprovado pelo Banco Mundial em 1974 e visava à finalização da construção da usina de Sobradinho, o aumento da capacidade de geração de energia hidrelétrica da usina de Paulo Afonso e a expansão das linhas de transmissão. O projeto resultou em benefícios econômicos e sociais para o Nordeste, mas gerou tam-

bém alguns efeitos negativos, como a expropriação de 70 mil pessoas na área inundada pelo reservatório de Sobradinho. A posterior construção da usina de Itaparica envolveu um dos maiores programas de reassentamento populacional gerenciado pelo Banco Mundial até hoje. O custo de reassentamento de cada família em Itaparica foi de cerca de US\$ 63 mil. O autor diz que esse custo é alto, porque o programa de reassentamento adotado é condizente com a política atual do Banco Mundial (mais preocupada com as repercussões sociais e ambientais) e coloca isso como se fosse uma coisa boa para o País.

O capítulo 3 faz um estudo dos casos do Projeto Carajás e do POLONOROESTE, ambos situados na região da Amazônia. O Projeto Carajás é tido como positivo para o desenvolvimento da região, apesar de abranger uma das sub-regiões da Amazônia que apresenta o maior grau de desmatamento e de degradação ambiental das últimas duas décadas. O autor considera que o projeto só acelerou uma tendência já existente nessa região. O POLONOROESTE foi um programa desenvolvido para a colonização da Amazônia, e se iniciou ao longo da rodovia Transamazônica. Houve desmatamento e conflitos com indígenas, envolvendo posterior negociação. Para o Banco Mundial o projeto não alcançou os objetivos iniciais, porque foi realizado coincidentemente ao mesmo tempo em que o Brasil passava por uma das mais agudas crises econômicas do pós-guerra.

A última parte, a B, é constituída por quatro capítulos (4, 5, 6 e 7) e dois anexos. O capítulo 4 apresenta uma avaliação do desempenho do Banco, os capítulos 5 e 6 analisam as lições aprendidas para a proteção, a avaliação e o gerenciamento do meio ambiente e o capítulo 7 mostra as recomendações para futuras operações do Banco Mundial. Toda essa análise sempre leva em consideração os quatro casos estudados na parte A do texto. O anexo 1 relata os valores financiados pelo Banco em cada projeto e o anexo 2 descreve os projetos recentes envolvendo questões ambientais que estão sendo realizados no Brasil com o financiamento do Banco Mundial.

Da parte B, as principais conclusões são que as lições tiradas desses e de outros projetos realizados no Brasil atuaram como um importante catalisador para as mudanças políticas e institucionais que ocorreram no Banco Mundial nos últimos vinte anos; que há uma ambigüidade no que diz respeito aos empréstimos firmados envolvendo questões ambientais, pois, por um lado, o país que faz o empréstimo é obrigado a tomar cuidados convenientes com os fatores ambientais e ecológicos e, por outro, os contratos de empréstimo não especificam quais devem ser esses cuidados

(e estes variam de caso para caso); isso torna difícil tanto para o país saber quais são as medidas necessárias a serem tomadas, como para o Banco Mundial monitorar a implementação dos projetos.

Analisando os resultados dos casos aqui estudados, o autor concluiu que uma efetiva proteção ambiental requer políticas adequadas e um aparato legal e regulador; capacidade técnica e institucional suficiente e um compromisso político contínuo. A conscientização e participação da comunidade e a possibilidade de utilização de um *mix* de instrumentos de políticas ambientais, incluindo tanto medidas de regulação, como vários tipos de incentivos econômicos, também podem auxiliar bastante nessa efetivação.

Em suma, a publicação é interessante porque nos mostra uma avaliação crítica de alguns projetos financiados pelo próprio Banco Mundial no Brasil e descreve com alguns detalhes os quatro casos estudados nos capítulos 2 e 3, mas algumas vezes essa descrição se torna um pouco confusa e sem organização pela falta de uma melhor sistematização; portanto, para se poder fazer uma avaliação completa do que realmente ocorreu em cada projeto, torna-se necessária a leitura de toda a publicação.

Carmen Augusta Varela

Doutoranda em Economia de Empresas pela
Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

Agradecemos o envio dos seguintes livros:

Banco Interamericano de Desarrollo: *Progreso Economico y Social en La America Latina - Informe 1994*. Tema Especial: Descentralizacion Fiscal. Washington, DC, 1994.

Aduaneiras: Antonio Maximiano Nicoletti *Conhecimentos Elementares de Comércio Exterior e Câmbio*. São Paulo, 1994.

Aduaneiras: Mario Pereira Neto *Direito, Política e Economia das Comunidades Europeias*. São Paulo, 1994.

Alfa-Ômega: Pedro Motta de Barros *Consórcio Intermunicipal - Ferramenta para o Desenvolvimento Regional*. São Paulo, 1995.

Edward Elga: Edward J. Amadeo *Institutions, Inflation and Unemployment*. São Paulo: 1994.

Makron Books: Jeffrey Sachs & Felipe Larrain *Macroeconomia*. São Paulo 1995.

Nobel: Otaviano Canuto *Brasil e Coréia do Sul*. São Paulo, 1994.

Nobel: Yoshiaki Nakano, Vera Thorstensen, Camila de Faria Lima & Cláudio Sato *O Brasil frente a um Mundo Dividido em Blocos*. São Paulo, 1994.

Paulicéia: Francisco Graziano *O Real na Estrada*. São Paulo, 1994.

Paulicéia: Gilda Portugal Gouvêa *Burocracia e Elites Burocráticas no Brasil*. São Paulo, 1994.

Paz e Terra: Lídia Goldenstein *Repensando a Dependência*. São Paulo, 1994.

Record: José de Castro Ferreira *Itamar: O Homem que Redescobriu o Brasil*. Rio de Janeiro, 1995.

Relume-Dumará: Adam Przeworski *Democracia e Mercado*. São Paulo, 1994.

Relume-Dumará: Carmem Alveal *Os Desbravadores - A Petrobrás e a Construção do Brasil Industrial*. São Paulo, 1994.

Relume-Dumará: Jon Elster *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*. São Paulo, 1994.

Sumaré: Ben Ross Schneider *Burocracia Pública e Política no Brasil*. São Paulo, 1994.

Institute of Developing Economies: Mitsuhiro Kagami *The Voice of East Asia: Development Implications for Latin America*. Tóquio, 1995.

University of California Press: Jeffrey Lesser *Welcoming the Undesirables - Brazil and the Jewish Question*. California, 1995.

World Bank: Shahid Amjad Chaudhry, Gary James Reid & Waleed Haider Malik *Civil Service Reform in Latin America and the Caribbean*. São Paulo, 1994.